



ISSN: 2310-0036

Vol. 4 | Nº. 16 | Ano 2025

Alba Paulo Mate

Universidade Católica de
Moçambique

amate@ucm.ac.mz

Carla M. Naftal Manguela

carlamanguela4@gmail.com

Políticas públicas de educação, para equidade e sucesso escolar em Moçambique.

Public education policies for equity and school success in Mozambique.

RESUMO

Moçambique é parte de um mundo que se recente das mudanças climáticas, O artigo intitulado Políticas Públicas de Educação, para Equidade e Sucesso Escolar em Moçambique, tem como objectivo principal, compreender a eficácia das políticas públicas de educação, na promoção da equidade e do sucesso escolar no país, mas com foco na Escola Secundária Geral de Gurué, a pesquisa orientou-se pela questão: Até que ponto as políticas públicas de educação são eficazes na promoção da equidade e do sucesso escolar na Escola Secundária Geral de Gurué? A motivação da elaboração da pesquisa, prende-se na necessidade de encontrar numa escola, um espaço que promova uma educação equitativa, onde todos os alunos possam aprender, adquirindo conhecimentos e competências em igualdade de circunstâncias, para se inserir na vida. Para o alcance do objectivo seguiu-se uma metodologia baseada no enfoque qualitativo, privilegiando-se as técnicas de entrevista, e análise documental para recolha de dados. O estudo mostrou que as políticas públicas de educação, focadas para promoção da equidade e sucesso escolar, estão sendo implementadas de forma parcial o que limita a sua eficácia. Contribuem para tal, a falta de domínio delas pelos gestores, algumas políticas de educação que promovem a equidade e sucesso escolar por parte dos gestores, e falta de recursos financeiros para suprir as necessidades delas advindas.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Equidade e Sucesso Escolar.

Abstract

The article entitled Public Education Policies for Equity and School Success in Mozambique has as its main objective to understand the effectiveness of public education policies in promoting equity and school success in the country, but focusing on the Gurué General Secondary School, the research was guided by the question: To what extent are public education policies effective in promoting equity and school success at the Gurué General Secondary School? The motivation for the research is related to the need to find a school space that promotes an equitable education, where all students can learn, acquiring knowledge and skills under equal circumstances, to integrate into life. To achieve the objective, a methodology based on the qualitative approach was followed, privileging interview techniques and document analysis for data collection. The study showed that public education policies, focused on promoting equity and school success, are being implemented partially, which limits their effectiveness. This is contributed to by the lack of control over them by managers, some education policies that promote equity and academic success by managers, and the lack of financial resources to meet the needs arising from them.

Keywords: Public Policies, Equity and School Success.



Rua: Comandante Gaivão n° 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Introdução

A educação é essencial para a formação do cidadão e transformação da sociedade. Ela é a responsável pela multiplicação do conhecimento e pelo desenvolvimento de habilidades úteis para a actuação do indivíduo em sua comunidade. A educação não se limita só no âmbito escolar, ela vai muito além da sala de aula, pois abre portas para outras esferas da sociedade e para um futuro promissor, amplia os horizontes, transforma vidas, permite desenvolver o pensamento crítico e a moral. É por meio do conhecimento que o indivíduo impulsiona a sua vida, direciona sua trajetória, desenvolve valores éticos e exerce plenamente sua cidadania, compreendendo seus direitos e deveres. Para a Unesco (2019), a equidade, está relacionada à busca por justiça e processos que sejam percebidos como justos por todos os cidadãos envolvidos. A ideia é que todos os estudantes sejam considerados igualmente importantes dentro do processo educacional. A equidade educacional busca garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades e recursos, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, etnia ou qualquer outra característica.

Segundo o número 1 do artigo 88º da Constituição da Republica de Moçambique, estabelece que " Na República de Moçambique a educação constitui direito e dever de cada cidadão", não sendo ela equitativa, estaria o governo a violar um direito fundamental, a pesar das políticas de educação terem em conta este facto e desenharem algumas estratégias no seu plano estratégico de educação 2020-2029, a escola em alusão tem tido dificuldades na sua operacionalização, e isso faz com que o ensino não seja equitativo, e como consequência, falar de sucesso escolar é uma utopia.

O plano estratégico da educação 2020 – 2029, tem como lema "por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade" falar de inclusão, remete-nos a ideia de uma educação que deve abranger a todos cidadãos com idade escolar, porém não basta que ela seja abrangente em termos territoriais, é necessário que haja adequação das condições as necessidades particulares de cada aluno (equidade) para que se alcance os objectivos plasmados, com isso as políticas educativas devem ser bem interpretadas e implementadas por parte dos gestores da escola em estudo para que os alunos assimilem as aulas nas condições particularmente favoráveis.

Assim, as condições favoráveis têm de evitar que um aluno entre na aula de Desenho e Geometria Descritiva com todo o material necessário (régua, esquadro, compasso) e um outro aluno sem aquele material necessário o que faz com que um aluno com todo o material tenha um melhor desempenho em relação ao aluno sem material. Nesse caso essa educação não está sendo equitativa, e não sendo, não se pode falar de sucesso escolar numa situação dessas.

As políticas públicas de educação, são desenhadas a nível central, e implementadas a níveis mais baixos, provinciais e distritais, porém a sua implementação, vezes há que não é implementada como foi traçada, por vários factores, dentre eles, a falta de supervisão e inspeção por parte da entidade que desenha as políticas.

Dentro das políticas de educação, encontramos algumas que tendem a promover a equidade e o sucesso escolar, como é o caso de: Concessão da assistência financeira as crianças das famílias de baixo rendimento, especialmente as raparigas, através do sistema da caixa escolar, e alguns programas como a AGE, FDC; Construção de centros internatos para ampliar a equidade no acesso, reabilitação e melhoramento das condições de funcionamento dos existentes.

A política Nacional de Educação (1985), tem em vista, garantir o acesso a educação a um número cada vez maior de cidadãos e de melhorar a qualidade dos serviços prestados em todos os níveis e tipos de ensino. Com isso, pretende-se massificar o acesso da população a educação e fornecer uma educação com conteúdo apropriado e um processo de ensino e aprendizagem que venha promover a evolução contínua dos conhecimentos, atitudes, valores e habilidades, de modo a satisfazer as necessidades da população.

Perante o exposto anteriormente, verifica-se um esforço do governo em alcançar a educação a todos cidadãos, porem para massificar a educação é necessário que as políticas de educação estejam de acordo com a realidade de cada região, de modo a promoverem a equidade, este que contribui positivamente para o sucesso escolar, visto que não se pode comparar o sucesso escolar de dois indivíduos em condições financeiras e sociais totalmente diferentes. Diante desta constatação, o presente artigo científico toma como ponto de partida a seguinte questão: *Até que ponto as políticas públicas de educação são eficazes na promoção da equidade na Escola Secundária Geral de Gurué?*

Com objectivo central de avaliar a eficácia das politicas publicas da educação na promoção da equidade na Escola Secundaria Geral de Gurué, foram levantadas as seguintes questões: Será que a implementação das políticas públicas de educação, na Escola Secundária Geral de Gurué por parte dos gestores escolares, promovem a equidade escolar dos alunos?; Qual é o nível de conhecimento das políticas de promoção de equidade por parte dos gestores escolares e dos professores?; Os gestores escolares da Escola Secundária Geral de Gurué, dentre as causas do insucesso escolar dos seus alunos, têm relacionado esse fenómeno com a iniquidade escolar?; Os professores da Escola Secundária Geral de Gurué conhecem as políticas de educação que promovam a equidade escolar e o sucesso escolar?

O artigo apresenta, para além desta introdução, um quadro teórico que discuti em torno das Políticas Públicas de Educação, a equidade e a equidade educacional e a política nacional de educação, a posterior, uma descrição da metodologia, seguidas de uma discussão dos resultados e conclusão.

Políticas Públicas de Educação

Segundo Lenzi (2003), as políticas públicas de educação são programas e ações criados pelos governos com o objetivo de garantir o acesso à educação para todos os cidadãos. Além disso, essas políticas também têm a importante missão de avaliar e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no país. Elas englobam todas as medidas e decisões tomadas pelo governo em relação ao ensino e à educação. Embora envolvam burocracia e regulamentações, seu propósito é promover uma educação de qualidade para todos.

Quanto à entidade responsável na concepção da Política Educativa e o produto final dessa política, D'hainaut (1980), refere que, a Política Educativa é geralmente concebida pelo poder político que, segundo a sua natureza, procura ou evita a participação dos cidadãos ou grupos que os representam, e que associa ou mantém à distância os diferentes grupos directamente interessados pela educação, em particular os que ensinam e os que são ensinados. A acção educativa realiza-se simultaneamente em três níveis decisórios: nível da Política Educativa, nível da gestão da educação e nível da realização da própria acção educativa. Estes níveis consistem em determinar os fins da acção educativa, as finalidades que conduzem a realização das intenções da política educativa e os objectivos que exprimem resultados respectivamente.

Equidade e Equidade Educacional

A equidade, de facto, significa buscar ser justo e reconhecer os direitos, necessidades e especificidades de cada indivíduo. É uma virtude que envolve tratar as pessoas de maneira justa e igualitária, levando em consideração suas circunstâncias individuais.

É importante lembrar que a equidade não é o mesmo que igualdade. Enquanto a igualdade busca tratar a todos de forma idêntica, a equidade reconhece que nem todos partem do mesmo ponto de partida e, portanto, podem precisar de diferentes tipos de apoio e recursos para alcançar a justiça.

Segundo a Unesco (2019), A equidade educacional pressupõe a preocupação em considerar o que é justo e garantir que a educação de todos os estudantes seja valorizada de forma igualitária. Para alcançar isso, busca-se dar maior atenção e desenvolver metodologias claras para atender às diversas necessidades apresentadas por um grupo de estudantes ou de forma individualizada.

Na área da educação, a busca pela justiça social exige a implementação de ações que removam os obstáculos que impedem cada indivíduo de alcançar seus objetivos educacionais. Nesse sentido, podemos dizer que estamos diante de uma inclusão quando todos os estudantes de uma determinada turma, escola, etc., conseguem adquirir de forma unânime as mesmas competências e habilidades que os ajudarão na sociedade em que estão inseridos. (OECD, 2012).

O conceito de equidade está associado a duas dimensões: inclusão e justiça social. A dimensão da inclusão envolve garantir que todas as pessoas tenham acesso aos direitos fundamentais. A dimensão da justiça social refere-se à remoção de obstáculos para que todas as pessoas, levando em consideração seu contexto social, identidade e características individuais, tenham acesso e possam desfrutar de direitos e oportunidades de forma equitativa (OCDE, 2012), (Ballarino, 2014) e (EUROPEAN COMMISSION, EACEA, EURYDICE, 2020).

2.3. Política Nacional de Educação

A política nacional de educação, aprovada pelo conselho de ministros de Moçambique, na resolução 8/95 de 22 de agosto, visa:

Assegurar o acesso a educação a um número cada vez maior de utentes e de melhorar a qualidade dos serviços prestados em todos os níveis e tipos de ensino. Portanto, pretende-se massificar o acesso da população a educação e fornecer uma educação com uma qualidade aceitável, isto é, uma educação com um conteúdo apropriado e um processo de ensino e aprendizagem que promova a evolução contínua dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de modo a satisfazer os anseios da sociedade.

Objectivos Principais do Plano Estratégico da Educação 2020-2029

Segundo o plano estratégico da Educação (PEE) 2020-2029, os principais objetivos estratégicos são os principais eixos prioritários que orientam o desenvolvimento do Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029. Esses objetivos são definidos com base na seguinte pergunta: o que pretendemos alcançar no setor nos próximos dez anos? Para responder a essa pergunta, é necessário que esses objetivos sejam derivados da visão e missão do setor educacional, além de abordarem seus principais desafios. Os principais objetivos são: garantir que todos tenham acesso igualitário e justo, participação ativa e permanência no sistema educacional; garantir a qualidade do aprendizado; e promover uma governança transparente, participativa, eficiente e eficaz. (PEE, 2019).

O primeiro objectivo visa:

Reduzir o índice de absentismo estudantil, que foi identificado por um estudo recente (Basil, 2019) como o fator de maior impacto na aprendizagem dos alunos; Promover a eficiência interna do Sistema Nacional de Educação (SNE), com o objetivo de reduzir a relação aluno-professor, a repetição e a desistência nas escolas; O objetivo é garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para acessar e permanecer na escola, independentemente de seu gênero, condição socioeconômica, localização geográfica ou necessidades educacionais especiais; O objetivo é fornecer infraestruturas e equipamentos escolares inclusivos, que sejam capazes de resistir aos efeitos dos desastres naturais, para todos os alunos; Implementar o programa de alimentação escolar; Expandir a modalidade de ensino a distância; Desenvolver parcerias para diversificar a oferta educacional; Implementar medidas para incentivar o interesse pela educação, envolvendo as famílias e a comunidade escolar.

Os três objectivos estratégicos principais são transversais e guiam as estratégias para os diferentes subsistemas de educação e respondem a necessidade de se cumprir com o que esta previsto na Lei 18/2018 do SNE, no que debruça sobre as garantias da escolaridade básica e obrigatória, que é de nove anos, a todos os cidadãos.

Políticas Públicas: Equidade e Sucesso Escolar

Um estudo feito em Portugal, por Valter Lemos (2015), com o tema, Políticas públicas: Equidade e Sucesso Escolar, obteve como principais conclusões as seguintes:

1. Após analisar a evolução do acesso e do sucesso no sistema escolar português ao longo dos últimos 50 anos, podemos observar uma significativa melhoria nas condições de equidade. No que diz respeito ao acesso, essa melhoria ocorreu de maneira consistente, embora em dois períodos ligeiramente diferentes, sendo impulsionada principalmente pelo crescimento demográfico e pelos alargamentos da escolaridade obrigatória. É importante ressaltar que o último aumento do período obrigatório de escolaridade para 12 anos, implementado em 2009, representa a mais recente medida política em um ciclo de 50 anos de democratização do acesso à educação em Portugal, iniciado em 1960;

- ℘. Quanto à equidade avaliada pelos resultados escolares, expressos pelos níveis de sucesso, também se observa uma progressão significativa, embora menos uniforme do que no acesso. Os dados analisados indicam uma maior oscilação em vários períodos, especialmente no ensino secundário. No entanto, a tendência geral aponta para uma queda significativa nas taxas de insucesso ao longo dos últimos 50 anos;
- ℘. Portanto, em relação à equidade, é possível concluir que houve uma significativa continuidade das políticas públicas de educação ao longo deste período. No entanto, essa continuidade parece ser mais pronunciada na dimensão do acesso à educação do que na dimensão do sucesso escolar.

Equidade e Eficácia na Educação

O estudo conduzido por Baqueiro (2015) investigou o tema "Equidade e Eficácia na Educação: Contribuições da Política de Assistência Estudantil na Permanência e Desempenho Discente". Os resultados da pesquisa revelam que a maioria dos estudantes é do sexo feminino, de origem afrodescendente, proveniente de escolas públicas e com baixa renda. Em relação ao Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), foi observado que ele teve um impacto específico. Nos cursos integrados, o PAAE teve um efeito significativo no desempenho apenas no primeiro ano. Já nos cursos superiores, suas contribuições para o desempenho e a permanência foram notáveis, mas limitadas ao primeiro semestre.

Com isso dá a entender que para além do acesso a ingresso é necessário dar o acompanhamento completo, para evitar desistências, por falta de algum material ou tratamento adequado durante o período que vigora o programa, pois o sucesso escolar depende de alguma maneira da equidade educacional, isto que o presente trabalho almeja abordar e traçar estratégias para se minimizar esses feitos.

Metodologia

A pesquisa foi do tipo qualitativo que, segundo Holloway (1999) "a investigação qualitativa é uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem" (p. 87). Quanto a natureza tratou-se de uma pesquisa básica ou pura, pois, Segundo Appolinário (2011) é conduzida com o objetivo de gerar novos conhecimentos e compreensão sobre os específicos, sem uma aplicação prática imediata em mente. segundo os seus objectivos, notou-se que, esta pesquisa enquadra-se na pesquisa exploratória, uma vez que esta usa a bibliografia e se tem caso pragmático em análise. Pois, Gil (1991) evidencia que "a maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias" (p.34).

Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

Segundo Patton (1990 cit. em Carmo e Ferreira, 1998) uma das melhores formas de tornar um trabalho de investigação mais consistente é usar a triangulação, isto é, fazer a convergir diferentes abordagens metodológicas sobre um fenómeno num determinado estudo. Em bom rigor, significa, em outras palavras, utilizar diferentes métodos ou técnicas sobre um dado fenómeno. Nesse contexto, para o estudo em causa foram usados os seguintes métodos: a

pesquisa documental, e a entrevista e, sendo a análise dos mesmos feito em conjunto e não individualmente.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias (Lakatos & Marconi, 1993).

De referir que, a análise documental foi realizada nas seguintes fontes: Mapas de Aproveitamento Pedagógico dos anos referentes ao horizonte temporal do estudo, relação nominal dos alunos com necessidades educativas especiais, e dos alunos que se beneficiam do programa ASE (isenção de propinas de matrícula e benefício de material escolar gratuito), Regulamento Interno da Escola. Porque acredita-se que a partir desses dados, será possível compreender a problemática relacionada com a promoção da equidade.

A entrevista, “Corresponde a um processo de interacção face-a-face entre uma ou mais pessoas (que desempenham o papel de entrevistador e uma pessoa ou grupo de pessoas (que desempenham o papel de entrevistado)” (Silvestre & Araújo 2012, p. 149).

Para o presente estudo também, se usou as entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas direccionadas aos membros directivos (gestores escolares). Visto que os gestores escolares operacionalizam as políticas nacionais de educação traçadas a nível central.

A escolha do uso de entrevistas como instrumento de coleta de dados em uma pesquisa deve ser cuidadosamente planejada e fundamentada em um sólido arcabouço metodológico. Isso porque as entrevistas não são apenas uma ferramenta técnica, mas refletem o enquadramento da pesquisa dentro de um determinado paradigma científico. O paradigma científico orienta o pesquisador sobre o tipo de problema que pode ser investigado, os métodos adequados para investigá-lo, o resumo subjacente, a postura a ser aplicada durante o processo de pesquisa e o tipo de conhecimento que pode ser obtido. Assim, ao utilizar entrevistas, o pesquisador deve estar ciente das implicações teóricas e metodológicas dessa escolha. Por exemplo, se a pesquisa está inserida em um paradigma qualitativo, as entrevistas podem ser utilizadas para explorar experiências, percepções e significados dos participantes.

Discussão de Resultados

Os resultados deste estudo foram levantados através das entrevistas feitas aos membros de direcção e entrevista feita a professores da Escola Secundária de Gurué, devidamente escolhidos, e análise documental, adiante os pontos principais a serem analisados e discutidos, com base nos resultados.

Resultados Alcançados pelas Políticas Públicas de Educação em termos de Redução das Desigualdades Educacionais e Melhoria dos Índices de Sucesso Escolar

Quando entrevistado os gestores escolares sobre essa questão, o entrevistado G2, foi optimista ao referir que a implementação das políticas públicas nesta Escola no que tange a desigualdades sociais se fazem sentir de forma positiva, no momento em que se fizerem sentir as desigualdades sociais, onde cada um deve reconhecer de forma imparcial, qual o direito de

cada um na instituição, porém isso contraria com o que os entrevistados G1 e G3, teceram na sua abordagem, revelando onde como uma das razões de avaliarem de forma negativa, tem haver com disponibilidade de recursos materiais, e que se ajuda, tem ajudado de forma tímida, e que poderia ser feito mais para que se alcance os objetivos.

Um dos indicadores de equidade é a desistência e sucesso escolar, e segundo o mapa de aproveitamento pedagógico da Escola Secundária Geral de Gurué, vide em **anexo 1, a** percentagem de desistência geral foi de 5.4%, que corresponde a 383 alunos, onde as classes do primeiro ciclo em ambos turnos tem maior incidência. Com isso, de acordo com os dados expostos, nota-se, que a implementação das políticas públicas de educação voltadas para a redução das desigualdades educacionais e melhoria do sucesso escolar, ainda esta longe de ser alcançada, pois os resultados mostram ainda que as mesmas não são devidamente implementadas por um lado, por desconhecimento das mesmas e por outro por falta de recurso financeiros de modo a implementa-las, numa outra vertente o documento em alusão traz uma radiografia sobre o sucesso escolar, em forma de aproveitamento pedagógico, onde no geral a Escola obteve 67.5% de aproveitamento positivo, a 12ª classe obteve o aproveitamento mais baixo com 42.1 % e 48.9% no curso diurno e noturno respectivamente, e tendo em conta que sucesso escolar é o progresso dos alunos ao longo dos anos escolares, este baixo aproveitamento na Escola pode estar ligado em algum momento, na ineficiência da implementação das políticas públicas, por conta das desigualdades educacionais, vejamos que cerca de 2071 alunos, tiveram insucesso escolar. E, segundo os autores Soares e Andrade (2003), o nível socioeconômico é o factor de maior impacto nos resultados escolares e, tanto a posição social do aluno, como a de sua escola estão fortemente associados ao nível de proficiência dos alunos. Ressalta-se, aqui, que a equidade não pode se restringir apenas ao acesso, mas deve, também, voltar-se para a permanência com o sucesso escolar.

Com isso, o nível de desistência dos alunos, maior parte do primeiro ciclo, pode estar aliado a iniquidade escolar, como um dos nossos entrevistados abordou, tecendo que, a fraca implementação das políticas de educação relacionadas com a equidade, esta ligada a falta de infraestruturas condignas, como o caso da biblioteca, referenciar que nesta escola, existe uma biblioteca minúscula, que alberga cerca de 12 alunos no máximo, e tendo em conta que a escola tem um universo de 7057 alunos, logo esta biblioteca não consegue responder a demanda dos alunos, e alguns professores, como forma de cumprimento de programa, como vimos no inquérito, recomenda os alunos a reproduzir fichas de apoio, ou passar apontamento na biblioteca, e essas duas situações condenam o aluno de nível social baixo, pois não tem condições de reproduzir as fichas e quando vai a biblioteca, pode se dar o caso de viver longe da Escola, e ao chegar, encontrar a biblioteca cheia, sem se esquecer que há regras para entrar na mesma, onde não deve se apresentar de calcão, chinelo, etc. esses aspectos anteriormente mencionados contribuem de forma significativa para a iniquidade educacional, e por consequência, a desistência, em casos de não haver desistência, insucesso escolar.

Desafios e obstáculos Encontrados na Implementação das Políticas Públicas de Educação e Análise do seu Impacto na Eficácia Das Mesmas

Os dados apresentados, levam-nos a crer que na Escola Secundária Geral de Gurué, tem havido muitos obstáculos na implementação das políticas públicas, e quando implementadas,

não tem sido muito eficaz, pois segundo os nossos entrevistados, sugerem que para a boa implementação muita coisa deveria ser feita, uma delas seria reconhecer que os nossos alunos, na sua maioria provem de famílias carenciadas e nunca os obriga a adquirir material didáctico de apoio (brochuras). Em total contradição, um dos participantes do entrevista diz que o texto de apoio deve ser dado para complementar a aula dada, um outro, referência que tem dado os textos de apoio, porem como forma de minimizar os custos, tem enviado o mesmo por via electrónica aos seus alunos que tenham telefone android, e mas um diz que desconhece a condição financeira dos seus alunos, e por forma a não subestimar a capacidade de compra dos mesmos, por isso ele acha correcto o uso de textos de apoio, mas que seja feito de forma estratégica, de modo a diminuir os custos de compra.

Diante destes argumentos, e segundo a Unesco (2019), a equidade educacional pressupõe a preocupação em considerar o que é justo e garantir que a educação de todos os estudantes seja valorizada de forma igualitária. Para alcançar isso, busca-se dar maior atenção e desenvolver metodologias claras para atender às diversas necessidades apresentadas por um grupo de estudantes ou de forma individualizada.

Um outro factor que afecta de certa forma a equidade educacional é o uso do uniforme escolar, que segundo a proposta do regulamento interno da Escola para o ano 2024, no seu Artigo 17º, alínea h) refere que "usar correctamente o uniforme escolar"(vide anexo 2). Quando entrevistados os membros de direcção sobre o assunto em epigrafe, o G2, referenciou que, se um aluno aparecer na escola sem o uniforme escolar por conta da sua situação financeira, não se pode vedar que ele participe na aula, e que o mesmo a posterior seria submetido a um programa que apoia alunos nessas situações. Este argumento entra em contradição com o regulamento interno da Escola, quando se trata de uniforme, a ideia é mesmo uniformizar as coisas, que todos sejam iguais, porem deviam se preocupar mais em todos serem igualitários, tratar cada um de acordo com as suas especificações. Já o entrevistado G3, subsidia dizendo que quando assim ocorre a escola negocia com os parceiros de cooperação de modo a conseguir o apoio na componente de uniforme escolar, pois a Escola ajuda os alunos desfavorecidos na componente de isenção de matrículas, nas classes de aprendizagem não obrigatória (10ª a 12ª classe), porem, nesse ponto a que se analisar qual o critério usado para seleccionar os alunos necessitados, pois segundo os nossos entrevistados, só existe um único critério, que é o de apresentar um atestado de pobreza, o mais caricato é que para obter o tal atestado necessita de algum valor monetário. Um outro entrevistado apresentou um outro critério não formal, que seria, o aluno mostrar sua limitação financeira e dai se beneficiar de isenção de pagamento de matrícula, revendo este critério de seleção, ele mostra-se vago, pois podem existir simulações.

Fica claro que a Escola só tem ajudado os alunos necessitados na isenção de propinas, usando métodos de seleção não equitativos, pois para o bem da maioria, o governo deveria fiscalizar a emissão de atestados de pobreza, de modo que os mesmos fossem gratuitos como esta estipulado.

Para que os alunos desfavorecidos continuem na Escola, é necessário dar o devido acompanhamento em cada etapa, de modo que eles não abandonem a mesma, razão pela qual, um dos nossos entrevistados G3, referenciou que tem se acautelado esse assunto com

ajuda dos parceiros da educação, visto que a Escola só fornece isenção de matrícula para os alunos desfavorecidos, porém não basta matricular, sem ter os demais materiais escolares, aí entram os colaboradores, dentre eles ca nessa circunscrição, destacam-se: FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade), AGE (Avançando a Rapariga na Educação) e AMME (Associação Mulher Moçambicana Educação), esses todos parceiros referenciados, apoiam em material escolar e uniforme, somente as alunas órfãs e vulneráveis. Primeiro há que valorizar este esforço que tem se empreendido pelos parceiros, porém eles não têm obedecido a equidade de gênero, provavelmente deveriam existir outros parceiros que apõem também os alunos de ambos os sexos, órfãos e vulneráveis. Aliado a este factor de por natureza, existem estudantes provenientes de famílias pobres e família com um nível socioeconómico elevado, a avaliação do INDE (Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação) mostra que as crianças de famílias mais pobres têm resultados piores do que as famílias com maior nível socioeconómico. Estimou-se que a diferença entre estudantes de níveis socioeconómicos mais elevados aumentou de 13 pontos em leitura e 7 pontos em matemática em 2000 para 70 e 50 pontos em 2007. Esta estimativa, leva a crer que não basta só o governo garantir o acesso a escola, mas também as políticas de educação devem ter em conta que há crianças que nascem de famílias pobres, e esta é uma característica permanente e não se escolhe nascer em famílias de baixa renda, para tal as políticas de educação devem se adequar a cada tipo ou grupos de cidadãos, e que na sua implementação no plano operacional, possa se fazer mais um pouco por eles, realizando ao que chama-se de políticas de educação compensatória, onde dá-se mais, a quem tem menos, de modo a ser equitativo.

Estratégias Utilizadas para Promover a Equidade e o Sucesso Escolar, Identificando as Melhores Práticas e Lições Aprendidas

Os nossos entrevistados, no concernente a elaboração dos textos de apoio para os alunos, e a atitude dos professores em retirar os mesmos na ausência da ficha, foram unânimes em dizer que a atitude é deplorável e incorreta, pois os professores devem sempre olhar pelo lado social dos alunos e que não deviam vedar o aluno a assistir as aulas por tais factores, mas sim, encoraja-lo a procurar um colega, que tenha a ficha e passar os mesmos no caderno. Dentre as ideias apresentadas, realmente são estratégias que podem promover a equidade e sucesso escolar, porém ela carece de fiscalização por parte da direcção, uma vez que os professores não cumprem com o que foi dito pelos nossos entrevistados que por sinal, fazem parte do colectivo de direcção.

Ainda nesta senda, queria-se saber dos entrevistados, quais as estratégias usadas para fazer chegar aos alunos certo tipo de doação, porém, que seja insuficiente para os mesmos, como por exemplo, o livro escolar. Uma das estratégias apresentadas pelo entrevistado G3 foi de auscultar os directores de classe junto do director de turma, por forma a seleccionar os alunos mais necessitados nesses materiais. A pratica parece ser saudável, pois ela se enquadra na política de educação compensatória, onde deve se dar mais a quem tem pouco, pois não há necessidade entregar por exemplo caneta para quem já tem, enquanto há quem não tenha, usando essa pratica de educação compensatória estaríamos a promover a equidade educacional, onde todos teriam as mesmas ferramentas para poderem ter as mesmas oportunidades de ensino, e aquisição de competências que contribuem positivamente no seu

aproveitamento escolar, este que tem relação directa com o sucesso escolar, porem para que a mesma seja transparente, os directores de turma devem auscultar a direcção da turma (os chefes e seus adjuntos de todas as áreas) pois eles vivem de perto as dificuldades dos seus colegas dia a pós dia. Os entrevistados G1 e G2, foram unânimes em dizer que em casos de se tratar de livros escolares para os alunos, sendo eles insuficientes para os mesmos, a direcção da Escola aloca-os na biblioteca a disposição de todos. Acontece que a Escola apresenta uma biblioteca inferior ao tamanho de uma sala de aula da mesma escola, a Escola tem cerca de 7000 alunos, e tem três blocos, respectivamente, A, B, e C, acontece que o bloco C, dista a mais de 2km dos blocos A e B, oque dificulta em algum momento, ao estudante ter que ir a biblioteca num período e no outro ir as aulas, um outro obstáculo enfrentado, é que não se deve entrar na biblioteca de Chinelos, e outros itens, nesse caso como fica aquele aluno que não tem sapatos, por razoes já apresentadas, que ate as aulas vai de chinelo. Deve se repensar bem essa regra, pois ela não promove em nada a equidade educacional.

Conclusões

No que tange a primeira pergunta de pesquisa, de acordo com os depoimentos colhidos a partir da entrevista, e relacionado a essa questão foi possível constatar por meio do estudo, que as mesmas não estão sendo implementadas na sua efectividade, pois dentre os gestores, há falta de conhecimento de algumas políticas de educação que promovem a equidade, ficando assim difícil implementar oque não se sabe. E quando são implementadas, notou-se a falta de clareza na implementação da mesma, isto é, o modelo de escolha de desfavorecidos requer que o mesmo tenha condições financeiras para provar que é desfavorecido, oque mostra, que o processo não é justo, pois, se a escola, como instituição do estado, não se atentar para as diferenças e tratar igualmente os desiguais, ela estará privilegiando os mais favorecidos e, assim, de maneira a contribuir para a permanência da desigualdade.

Entretanto, na segunda pergunta da pesquisa, no que se refere a domínio e conhecimento das políticas públicas que promovam a equidade e sucesso escolar, verificou-se que também pouco se sabe sobre essas políticas, mostrando domínio apenas na política de isenção de matrículas, diante disso, deve-se se ter em conta, de que a equidade não se resume apenas ao acesso a escola, ela também esta ligada com a permanência e sucesso escolar dos alunos, para tal os gestores mostraram pouco domínio relacionado com a segunda pergunta de pesquisa, e isso cogita com que os níveis de equidade sejam maiores, pois pouco se faz para diminuir os mesmos, por falta de conhecimento, seria bom que os mesmos fossem dotados de conhecimentos sólidos sobre a matéria por forma a melhorar o índice de iniquidade vigente na instituição.

Indo mesmo para a terceira pergunta de pesquisa, para essa questão foram unanimes os gestores ao concordarem que realmente a falta de equidade escolar, afecta de forma positiva no aproveitamento pedagógico dos alunos, pois se os alunos não participam as aulas de forma equitativa, não se pode esperar o sucesso escolar de todos eles, e estudos feitos pela UNESCO, mostram que crianças ricas tem maior aproveitamento pedagógico em detrimento das crianças pobres, razão pela qual dentre as políticas de educação deve-se dar primazia a política de educação compensatória.

Para finalizar, já na quarta questão de pesquisa, diante desta questão notou-se que uma parte dos mesmos conhecem e aplicam durante as suas aulas, algumas políticas de educação que promovam a equidade, uma outra parte, constituindo a maioria, até conhecem, porém não aplicam, alegando que todos alunos são iguais, e que dispõem de fundos monetários derivados das machambas dos seus encarregados de educação, porém, alguns autores referenciados, enaltecem a ideia de que deve-se privilegiar a igualdade de oportunidades, pois esta é uma das maneiras de considerar os alunos iguais, perante várias práticas lectivas, pois os mesmos são meramente diferentes e com seus problemas sociais que podem afectar o desenvolvimento pleno do processo de ensino e aprendizagem, nesse caso deve se considerar cada aluno com um e único, privilegiando a diferenciação pedagógica.

Para as pesquisas futuras, por forma a melhoria da problemática das políticas públicas de educação que promovem a equidade e sucesso escolar, sugeria o seguinte tema: *Desafios na Implementação das Políticas Públicas de Educação, na Promoção da Equidade Educacional e Sucesso Escolar.*

Referências bibliográficas

Appolinário, F. (2011). *Dicionário de metodologia científica*. (2ª. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

D´Hainaut, L. (1980). *Educação: dos fins aos objectivos: a análise e a concepção das políticas, dos programas da educação, dos objectivos operacionais e das situações de ensino*. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina.

Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projectos de pesquisa* (3ª. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Holloway, L. (1999). Basic concepts for qualitative research. In: *Basic concepts for qualitative research*, Oxford, United Kingdom: Research Blackwell Science.

Lakatos, E. & Markoni, M. (1993). *Metodologia de trabalho científico* (2ª. ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas.

OECD (2004). *Learning for tomorrows world. First results from PISA*. Paris, France: OECD.

Silvestre, C. H. & Araújo, J. F. (2012). *Metodologia para a investigação social*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.

UNESCO (2019). *Manual de medição da equidade na educação*. São Paulo, Brasil: UNESCO.

UNESCO (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*. Brasília, Brasil: UNESCO.

Legislação Consultada

Constituição da República de Moçambique. (2004). Maputo, Moçambique: Escolar Editor.

Lei 18/2018, do Sistema Nacional de Educação.

Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029.